



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 005 da Sessão Ordinária nº 005, de
29 de janeiro de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e nove de janeiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES**,
4 **ROSA HAGE**, **MARA LÚCIA**, **CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do
5 Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**, bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao
6 TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
7 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento
8 Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:
9 "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para
10 que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da
11 Sessão nº 001/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
12 anunciados os processos. Houve inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 2: **Processo**
13 **nº 280012011-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas de Governo –**
14 **exercício de 2011; Responsável Miguel Pedro Pureza Santa Maria; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe**
15 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.324, de**
16 **23.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
17 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo. A
18 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
19 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação
20 das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Curralinho, no exercício de 2011, tendo como
21 responsável Miguel Pedro Pureza Santa Maria, nos termos constitucionais e legais, com encaminhamento
22 de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. **Processo nº 280012011-00; Prefeitura**
23 **Municipal de Curralinho; Prestação de Contas de Gestão – exercício de 2011; Responsável Miguel**
24 **Pedro Pureza Santa Maria; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**
25 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.324, de 23.01.2013.** Cumprindo dispositivo
26 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
27 parecer prévio contrário a aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O
28 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"irregulares as contas de gestão do Município de Curralinho,*
29 *exercício financeiro de 2011, tendo como prefeito e ordenador das despesas Miguel Pedro Pureza Santa*
30 *Maria, a quem se responsabiliza pelo valor de R\$ 35.167.642,54 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta e*
31 *sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), apurado como receita pela 2ª*
32 *Controladoria, porquanto as contas não foram prestadas. A falta de prestação de contas é grave infração a*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

33 norma legal, nos termos do que estabelece o art. 57, II, da Lei Complementar 025/1994. Somando-se aos R\$
34 35.167.642,54 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e
35 cinquenta e quatro centavos) apurados o valor de R\$ 5.119.324,09 (cinco milhões, cento e dezenove mil,
36 trezentos e vinte e quatro reais e nove centavos) de saldo do exercício anterior, tem-se R\$ 40.286.966,63
37 (quarenta milhões duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e três
38 centavos), do que subtrai R\$ 809.943,60 (oitocentos e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e
39 sessenta centavos) repassados à Câmara Municipal, para se apontar que o ordenador é julgado em débito de
40 R\$ 39.477.023,03 (trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, vinte e três reais e três
41 centavos) que há de recolher aos cofres municipais no prazo de 15 dias, devidamente corrigidos, contado da
42 ciência da decisão desta Corte, sem prejuízo de: 1. multa no valor de R\$ 394.770,23 (trezentos e noventa e
43 quatro mil, setecentos e setenta reais e vinte e três centavos) equivalente a 1% do valor do débito (R\$
44 39.477.023,03), por grave dano ao erário, recolhida ao município; 2. multa no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil
45 e duzentos reais) por não ter enviado para cadastro a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária
46 Anual do exercício de 2011, conforme art. 30, inciso I, alínea a, da Lei Complementar Estadual 25/94,
47 recolhida ao Fundo instituído com a Lei 7.368/2009; 3. multa no valor de R\$ 9.100,00 (Nove mil e cem reais)
48 pela entrega intempestiva do relatórios resumido de execução orçamentária do 3º bimestre e não envio dos
49 demais relatórios, descumprindo a IN nº 001/09 – TCM/PA, recolhida ao Fundo instituído com a Lei
50 7.368/2009; 4. multa correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, com fundamento na Lei Federal
51 10.028/2000, por não ter encaminhado os RGF's dos 2º e 3º quadrimestres, descumprindo a Instrução
52 Normativa nº 001/2009-TCM/PA, no valor de R\$ 30.240,00 (trinta mil e duzentos e quarenta reais), recolhida
53 ao Município – considerando que não foram prestadas contas, obteve-se o valor dos subsídios na Lei
54 678/2008, que fixou a remuneração de Prefeito (R\$ 8.400,00), vice-Prefeito e Secretários, cadastrada nesta
55 Corte através da Portaria 1.532/2008/PRES/TCM. 5. multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por não
56 ter enviado as prestações de contas quadrimestrais e o balanço geral do exercício, contrariando o disposto no
57 art. 30, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar Estadual nº 25/94 e a Resolução nº 9.065/2008-
58 TCM/PA, recolhida ao Fundo instituído com a Lei 7.368/2009; 6. multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil
59 reais) por não comprovar o cumprimento do que dispõem o art. 212 da Constituição Federal; o art. 22 da Lei
60 nº 11.924/2007 (aplicação dos recursos do FUNDEB), c/c art.60, § 5º, do ADCT da CF; o § 3º do art. 77 do
61 ADCT da CF; o art. 77, III, do ADCT da CF; e o art.19, inciso III, da LC nº 101/2000 (gastos com pessoal),
62 recolhida ao Fundo instituído com a Lei 7.368/2009. Considerando-se a falta de prestação de contas, que se
63 comunique a decisão desta Corte ao Ministério Público do Estado'. **Em votação:** O Conselheiro Aloísio
64 Chaves, a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo
65 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu
66 quanto a multa FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
67 pela não aprovação das contas de Gestão do Município de Curralinho, exercício financeiro de 2011,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

68 tendo como Prefeito e Ordenador das despesas Miguel Pedro Pureza Santa Maria, que deverá recolher
69 aos Cofres Municipais a importância de R\$ 39.477.023,03 (trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta
70 e sete mil, vinte e três reais e três centavos), multa no valor de R\$ 394.770,23 (trezentos e noventa e
71 quatro mil, setecentos e setenta reais e vinte e três centavos) equivalente a 1% do valor do débito (R\$-
72 39.477.023,03) por grave dano ao Erário, multa correspondente a 30% dos vencimentos anuais do
73 Ordenador, com fundamento na Lei Federal 10.028/2000, por não ter encaminhado os RGFs dos 2º e 3º
74 quadrimestres, descumprindo a Instrução Normativa nº 001/2009-TCM/PA, no valor de R\$ 30.240,00
75 (trinta mil e duzentos e quarenta reais), recolhida ao Município – considerando que não foram prestadas
76 contas, obteve-se o valor dos subsídios na Lei 678/2008, que fixou a remuneração de Prefeito (R\$
77 8.400,00), vice-Prefeito e Secretários, cadastrada nesta Corte através da Portaria
78 1.532/2008/PRES/TCM, bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do
79 Estado. **Por maioria:** 2. multa no valor de R\$-6.200,00 (seis mil e duzentos reais) por não ter enviado
80 para cadastro a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2011,
81 conforme art. 30, inciso I, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 25/94, recolhida ao FUMREAP; 3.
82 multa no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) pela entrega intempestiva do relatórios resumido
83 de execução orçamentária do 3º bimestre e não envio dos demais relatórios, descumprindo a IN nº
84 001/09 – TCM/PA, recolhida ao FUMREAP; 5. multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por não
85 ter enviado as prestações de contas quadrimestrais e o balanço geral do exercício, contrariando o
86 disposto no art. 30, inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 25/94 e a Resolução nº
87 9.065/2008-TCM/PA, recolhida ao FUMREAP; 6. multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por não
88 comprovar o cumprimento do que dispõem o art. 212 da Constituição Federal; o art. 22 da Lei nº
89 11.924/2007 (aplicação dos recursos do FUNDEB), c/c art.60, § 5º, do ADCT da CF; o § 3º do art. 77 do
90 ADCT da CF; o art. 77, III, do ADCT da CF; e o art.19, inciso III, da LC nº 101/2000 (gastos com
91 pessoal), recolhida ao FUMREAP. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve inversão da
92 pauta com o julgamento do processo de nº 1: **Processo nº 230012007-00; Prefeitura Municipal**
93 **de Capitão Poço; Prestação de Contas de 2007; Responsável Manoel Aladir Siqueira; 3ª Controladoria;**
94 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.325, de**
95 **24.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
96 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com
97 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
98 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
99 **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da
100 Prefeitura, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Manoel Aladir Siqueira, com aplicação de multa



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

101 de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos anuais do Sr. Prefeito, compreendendo o valor de R\$
102 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
103 Público Estadual. Às nove horas e quarenta e quatro minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a
104 Presidência da Sessão. Em seguida, houve inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 4:
105 **Processo nº 1073152007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Abel Figueiredo;**
106 **Prestação de Contas de 2007; Responsável Francilene da Silva Araújo; Auditora Maria do Socorro Pessoa**
107 **da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado**
108 **no DOE nº 32.324, de 23.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
109 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi
110 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
111 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo
112 Municipal de Assistência social de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da
113 Sra. Francilene da Silva Araújo, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no
114 valor de R\$-344.262,39 (trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e trinta e
115 nove centavos). Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo.
116 **Processo nº 1410162009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru; Prestação**
117 **de Contas de 2009; Responsável Ana Cleide dos Santos Borges; 1ª Controladoria; Procuradora Maria**
118 **Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.324, de 23.01.2013.**
119 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
120 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
121 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
122 pela aprovação com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru,
123 exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da Sra. Ana Cleide dos Santos Borges, em favor de
124 quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 622.963,93 (seiscentos e vinte e dois mil,
125 novecentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos). Ausência, por ocasião de votação, dos
126 Conselheiros Cezar Colares e José Carlos Araújo. **Processo nº 1024112007-00; Fundo Municipal**
127 **de Saúde de São Geraldo do Araguaia; Prestação de Contas de 2007; Responsável Rubens Carvalho**
128 **Costa; 1ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado**
129 **no DOE nº 32.324, de 23.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
130 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi
131 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
132 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo
133 Municipal de Saúde de São Geraldo do Araguaia, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

134 Rubens Carvalho da Costa, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor
135 de R\$-5.864.762,75 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois
136 reais e setenta e cinco centavos). Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Cezar Colares e
137 do José Carlos Araújo. Às nove horas e cinquenta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou à
138 Presidência da Sessão. **Processo nº 793992003-00; FUNDEF de São Miguel do Guamá;**
139 **Prestação de Contas de 2003; Responsável Guilherme Antônio da Costa; Auditora Elaine Bastos;**
140 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.324,**
141 **de 23.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
142 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao
143 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
144 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação
145 das contas do Fundo Municipal de Educação (FUNDEF) de São Miguel do Guamá, exercício financeiro de
146 2003, de responsabilidade do Sr. Guilherme Antônio da Costa. **Processos nº 832022001-00 –**
147 **200202487-00; Fundo Municipal de Saúde de Tomé-Açu; Prestação de Contas de 2001;**
148 **Responsável Gedeão Dias Chaves; Auditor José Alexandre da Cunha Pessoa; Procuradora - Chefe**
149 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves, com pedido de vista ao Conselheiro**
150 **Antônio José Guimarães, na Sessão Plenária do dia 20.11.2012; Publicado no DOE nº**
151 **32.128, de 30.03.2012.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José proferiu seu
152 **VOTO**: "*acompanho a manifestação da Conselheira Mara Lúcia, inclusive, no relativo à inaplicabilidade das*
153 *multas pela remessa intempestiva do 3º quadrimestre e lançamento da conta receita a comprovar,*
154 *concluindo, igualmente, pela regularidade das contas, com ressalva, expedindo-se o competente Alvará de*
155 *Quitação em favor do Sr. Gedeão Dias Chaves".* **Em votação**: O Conselheiro Aloísio Chaves votou pela
156 não aprovação das contas, com aplicação de multas na Sessão do dia 10.04.2012. A Conselheira Rosa
157 Hage absteve-se de votar. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Conselheiro Aloísio Chaves. A
158 Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator, votando pela aprovação, com ressalvas, no que foi
159 acompanhada pelo Conselheiro Cezar Colares. Ausência do Conselheiro José Carlos Araújo nas Sessões
160 dos dias 10.04.2012 e 22.05.2012. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**,
161 acompanhando o voto da Conselheira Mara Lúcia, decidiu pela aprovação das contas do Fundo
162 Municipal de Saúde de Tomé Açu, com ressalvas, devendo ser expedido o competente Alvará de
163 Quitação ao Ordenador. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda.
164 **Processos nº 0470012004-00 – 201118916-00; Prefeitura Municipal de Moju; Recurso de**
165 **Revisão interposto contra a decisão da Resolução nº 8.916, de 14.02.2008, prestação de contas de**
166 **2004; Responsável João Martins Cardoso Filho; Advogada/Procuradora Mara Roberta P. de Souza**
167 **Cardoso (OAB-PA 11.514); 3ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora -**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

168 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.325, de 24.01.2013.** Cumprindo dispositivo
169 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
170 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
171 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
172 pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Revisão, alterando-se parcialmente a decisão
173 anteriormente prolatada, nos termos da Resolução n.º 8.916, dando-se baixa no débito de R\$ 55.500,00
174 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), referente ao pagamento a maior do Prefeito e Vice-Prefeito,
175 mantendo a determinação de recolhimento do valor lançado à conta "Agente Ordenador", no montante
176 de R\$ 8.063,08 (oito mil, sessenta e três reais e oito centavos), referente as receitas não contabilizadas,
177 devidamente atualizado e de recolhimento da multa de R\$ 25.092,00 (vinte e cinco mil, novecentos e
178 dois reais), pela remessa intempestiva dos RGF's, sob a responsabilidade do Ordenador, recomendando
179 a emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas prestadas por João Martins Cardoso Filho,
180 exercício financeiro de 2004, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
181 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processos nº 860022006-00 –**
182 **201207524-00; Câmara Municipal de Viseu; Recurso de Reconsideração interposto contra a**
183 **decisão do Acórdão nº 20.710, de 13.01.2011, prestação de contas de 2006; Responsável Elias Lima**
184 **Sampaio; Advogado José Augusto Dias da Silva (OAB-PA 8570); 3ª Controladoria; Procuradora Maria**
185 **Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.325, de 24.01.2013.**
186 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
187 manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**
188 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
189 **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Reconsideração,
190 mantendo-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão n.º 20.710 (fl. 141), publicada no
191 DOE de 15.01.2011, para considerar irregulares, nos termos do art. 52, incisos I e II, da Lei Estadual
192 n.º 25/1994, as contas prestadas por Elias Lima Sampaio, referentes ao exercício financeiro de 2006, da
193 Câmara Municipal de Viseu, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, com a atualização devida,
194 dos seguintes valores: a) R\$-223.112,99 (duzentos e vinte e três mil, cento e doze reais e noventa e
195 nove centavos), lançado à conta "Agente Ordenador"; b) R\$-24.000,00 (vinte e quatro mil reais),
196 relativo ao pagamento irregular de sessões extras (violação ao art. 57, § 7º, in fine, CF, com redação da
197 EC nº. 50, de 26 de fevereiro de 2006); c) R\$-85.155,00 (oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco
198 reais) recebido a título de diárias, sem regulamentação e ato fixador cadastrado nesta Corte, mantendo
199 a determinação de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº**
200 **200914613-00; Escola Comunitária Ursinho Carinhoso; Prestação de Contas do Convênio nº**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

201 014/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Márlío Sued Lopes Teles; 4ª
202 Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;
203 **Publicado no DOE nº 32.325, de 24.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
204 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi
205 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
206 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Escola
207 Comunitária Ursinho Carinhoso, referente ao Convênio nº 014/2009, firmado com a Fundação Papa João
208 XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-45.000,00 (quarenta e
209 cinco mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
210 **200917187-00; Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor; Prestação de Contas**
211 **do Convênio nº 027/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Estella Helena**
212 **Bacellar Cruz; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José**
213 **Guimarães; Publicado no DOE nº 32.325, de 24.01.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
214 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
215 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
216 a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Sociedade
217 Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor, referente ao Convênio nº 027/2009, firmado com a
218 Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$
219 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
220 Cezar Colares. **Processo nº 201120440-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
221 **Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria–Portaria nº 1434/11, de 15.12.2011; Interessada**
222 **Nadir Cantanhede Failache; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Auditora Márcia Costa. Retirado**
223 **de Pauta. Processo nº 201120441-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
224 **Belém – IPAMB; Aposentadoria–Portaria nº 1433/11, de 15.12.2011; Interessada Maria de Jesus**
225 **Benjamin da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Auditora Márcia Costa. Guimarães.**
226 **Retirado de Pauta. Processo nº 201119061-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
227 **Município de Belém – IPAMB; Pensão – Portaria nº 1261/2011-IPAMB, de 08.11.2011; Interessada**
228 **Juliana Mendes Correa, companheira do servidor inativo Guilhermino Cardoso Carvalho; Procuradora**
229 **Maria Inez Gueiros; Relatora - Auditora Márcia Costa. Retirado de Pauta. Processo nº 201220031-**
230 **00; Câmara Municipal de Tucumã; Resolução nº 003/12, que fixa os subsídios dos Vereadores, para**
231 **a legislatura 2013 a 2016; Interessado Carlos Evandro Nogueira Ozório; Procuradora Maria Inez Gueiros;**
232 **Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu**
233 **posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em****



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

234 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
235 **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 003, de 04/10/12, que fixa os subsídios dos
236 Vereadores do Município de Tucumã em R\$-6.000,00, (seis mil reais) para a legislatura 2013 a 2016.
237 **Processo nº 201219757-00; Câmara Municipal de Igarapé-Açu; Resolução nº 002/12, de**
238 **26.09.2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013 a 2016; Interessado Aluisio**
239 **Gomes Bezerra; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
240 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
241 manifestou-se pelo cadastramento, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
242 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
243 pelo cadastramento da Resolução nº 002/12, de 26/09/2012, que fixou o subsídio dos Vereadores da
244 Câmara Municipal de Igarapé-Açu para a Legislatura de 2013/2016, com ressalva ao § único do art. 3º,
245 e encaminhamento dos autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio
246 2012/2013. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para
247 apresentar minuta de Resolução que revoga a Resolução nº 8952/2008. A matéria foi colocada **em**
248 **discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação
249 da minuta apresentada. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
250 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão
251 às dez horas e quarenta e nove minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
252 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de janeiro de
253 dois mil treze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão